

**Novos escritos dos cárceres:  
uma análise de caso.  
Luiz Alberto Mendes,  
Memórias de um sobrevivente**

Márcio Seligmann-Silva

O livro *Memórias de um sobrevivente*, de Luiz Alberto Mendes, publicado em 2001, tem uma característica *sui generis* se confrontado com as demais obras dos cárceres paulistas que têm sido publicadas nos últimos cinco anos<sup>1</sup>. Luiz Alberto apresenta seu texto como um manuscrito que estava engavetado há cerca de dez anos (MENDES, 471)<sup>2</sup>. A história relatada termina cerca de vinte anos antes da data da sua publicação. Ela teria sido escrita após o seu encarceramento, mas seu autor não havia procurado as vias da divulgação pública. Espécie de “arquivo morto”, foi ressuscitado graças ao encontro dos esforços de Mendes visando a realização de um “concurso para poesias, crônicas e contos” (472) com o trabalho e a disposição de figuras públicas como Fernando Bonassi e Drauzio Varella. O fato de *Memórias de um sobrevivente* ter sido publicado por uma prestigiosa editora paulista indica em que medida ele atingiu a esfera pública em um momento propício, quando havia espaço e demanda para essa narrativa. Este encontro (por assim dizer “atrasado” neste caso) entre uma demanda interna do autor (que o levou a escrever o livro) e a esfera pública é um traço característico de qualquer obra publicada, mas ganha um especial significado em se tratando de uma obra com forte teor

---

<sup>1</sup> Cf. Mendes, *Memórias de um sobrevivente*; Du Rap, *Sobrevivente André du Rap (do Massacre do Carandiru)*; Jocenir, *Diário de um detento: o livro; Letras de Liberdade*, autores diversos; Negrini, *Enjaulado: o amargo relato de um condenado pelo sistema penal*; Ramos, *Pavilhão 9: paixão e morte no Carandiru*; Rodrigues, *Vidas do Carandiru: histórias reais*; Prado, *Cela forte mulher*; e também, apesar de não se tratar de memórias de um prisioneiro, mas devido à importância desta obra na atual onda de publicações de escritos dos cárceres, cf. Varella, *Estação Carandiru*. O presente artigo parte de pressupostos teóricos que desenvolvi no ensaio “Violência, encarceramento, (in)justiça: memórias de histórias reais das prisões paulistas”.

<sup>2</sup> Ao longo de todo texto, sempre que indicarmos entre parênteses apenas o número da fonte da citação ou da referência é porque se trata da obra de Mendes, *Memórias de um sobrevivente*.

testemunhal. A temporalidade da esfera privada teve que esperar o tempo da pública para poder emergir para os leitores.

A obra articula-se, portanto, como um arquivo com diferentes datas. Vale a pena refletir sobre outras implicações deste fato. Se início pelo “final”, ou seja, pela questão da publicação e de sua data, é também levado pelo fato de que seu autor optou por explicitar a trajetória de seu texto no “Epílogo” do livro. Talvez pensando na manutenção de certa “pureza original” de seu manuscrito testemunhal, o autor introduz-se apenas no final da obra enquanto entidade metadiscursiva e auto-reflexionante. Nós, como leitores e críticos, só temos acesso à obra após sua publicação e começamos a escrever sobre ela após a leitura do último capítulo: o “Epílogo”. Ou seja, nosso percurso vai por assim dizer inverter o caminho do autor. Partimos do presente da leitura – próximo ao momento da publicação da obra – e, portanto, partimos também do momento em que existe um espaço público propício para se receber o relato narrando a história do detento Luiz Mendes. Nossa leitura está inevitavelmente marcada por este momento. Voltamo-nos para este livro dentro de um complexo panorama cultural onde uma demanda pelas vozes dos “marginalizados” e “esquecidos” (criada tanto no mundo acadêmico, sobretudo após a consolidação dos Estudos Culturais e das abordagens pós-coloniais, como na indústria cultural, como o sucesso da obra de Varela e do filme de Babenco baseada nela o demonstram) ocorre simultaneamente a uma situação política e econômica que, tragicamente, só faz aprofundar os problemas sociais que estão em grande parte na origem da violência retratada neste tipo de relato.

O epílogo de Mendes também apresenta o que o autor percebe como estando na origem de seu relato: “A intenção do livro não foi a de ter uma mensagem. Não tenho essa pretensão. Apenas escrevi para ter uma seqüência que permitisse que eu mesmo entendesse o que havia acontecido realmente” (476). Luiz Mendes visava dar um sentido ao caos de sua vida. Sua obra apresenta-se como um relato autobiográfico em primeira pessoa e carrega características típicas deste gênero. O “pacto autobiográfico”, que está subentendido na leitura do livro, parte da identificação entre autor e narrador. A narrativa é cronológica. O narrador é onisciente. Este modelo pode ser retraçado às origens da moderna autobio-

grafia no século XVIII quando ela tinha como uma de suas características centrais a criação de uma unidade (de um sentido) na vida de seu autor. Diferentemente da narrativa de experiências de encarceramento relatadas por prisioneiros políticos no Brasil – de Graciliano Ramos até os anos 1980 e 1990, que normalmente narram suas atividades que os levaram à prisão e enfatizam os detalhes das atrocidades ocorridas durante a reclusão –, no caso de Luiz Mendes a narrativa se inicia pela sua infância. Trata-se de uma completa “história de vida”, já que toda ela, desde o início, estaria marcada pela exclusão e pela violência. Nos relatos prisionais não é incomum este tipo de enquadramento da experiência do cárcere no plano mais amplo da vida, da família e do background social. A moldura da narrativa, além de ser político-social, é familiar.

Por outro lado, a obra de Mendes diferencia-se do ponto de vista de sua opção estética de um livro como *Sobrevivente André du Rap (do Massacre do Carandiru)*, que tem uma estrutura mais fragmentada e tem a marca de uma dupla fonte autoral, a do sobrevivente do massacre do Carandiru, de dois de outubro de 1992, e ex-prisioneiro André du Rap e a de Bruno Zeni, um jornalista e escritor que editou o texto. Mendes opta por um modelo literário mais tradicional, mais próximo de um realismo convencional, ao invés de aderir a uma estética da fragmentação que, na sua forma descontínua, mimetiza a catástrofe representada. Também a linguagem de Mendes é menos carregada da gíria e do jargão das prisões, se a confrontarmos com as demais obras dos cárceres publicadas nos últimos anos. As estratégias de representação literária de Mendes estão distantes das que marcam o momento da sua publicação. Um trabalho que ainda merece ser feito será o estudo dos manuscritos do livro. Uma análise genética desta obra deverá lançar mais luz sobre a construção desta voz autoral que ao mesmo tempo é e não é uma típica voz prisional devido ao seu domínio do idioma e dos códigos literários. Este trabalho não será enfrentado aqui.

O elemento eminentemente testemunhal da narrativa de Mendes pode ser desdobrado em seu momento individual e no social. No primeiro momento percebemos uma narrativa que dá testemunho das experiências individuais do personagem central (que testemunha o que viu e sofreu na mesma medida em que se confessa diante do público). No segundo

momento, ou seja, no plano social, o relato pode ser lido como uma apresentação cheia de detalhes da vida urbana e suburbana paulista dos anos 1960-1970<sup>3</sup>, além da descrição também carregada de detalhes da vida nos cárceres do prisioneiro comum (não político) durante os anos de chumbo da ditadura militar. Este duplo viés testemunhal cria um *esteio de realidade* que torna a narrativa particularmente forte para o leitor, na medida em que ela o envolve emocionalmente (tendemos a nos identificar com a figura de certo modo e paradoxalmente frágil do narrador) e também faz um apelo aos nossos sentimentos morais e éticos de justiça, igualdade, solidariedade etc. Este apelo não deixa de ser ambíguo na medida em que estamos tratando de uma narrativa de um autor que assume também diante de seu público outro tipo de autoria, a saber, a de inúmeros assaltos e ao menos dois assassinatos que lhe *custaram* mais de setenta anos de condenação (411).

É evidente, por outro lado, que este *esteio* pessoal e histórico não reduz o elemento propriamente literário da narrativa. Trata-se de uma história narrada segundo padrões bem conhecidos. É verdade que nada impede que este panorama, por assim dizer, “histórico” e “testemunhal” seja posto em dúvida. Isto ocorreria de modo explícito, por exemplo, se o autor fosse um escritor conhecido e se antes do texto (ou no seu epílogo, ou no aparato crítico que acompanha alguns livros) pudéssemos ler um aviso (também convencional) deste gênero: “Existem dois modos de se encarar este livro. Ou de fato existiu, com efeito, um maço de papéis amarelos e desiguais sobre os quais foram encontrados registrados, um a um, os últimos pensamentos de um miserável; ou existiu um homem, um sonhador ocupado em observar a natureza em proveito da arte, um filósofo, um poeta, quem o saberia?, sendo que esta idéia foi a fantasia, que a tomou ou, antes, deixou-se tomar por ela e não pôde desfazer-se dela a

---

<sup>3</sup> Aos dezoito anos, ao sair de seu internamento de cerca de três anos em unidades para menores, Mendes comenta, destacando este estrato histórico de seu relato: “Em agosto de 1970, Lennon já havia dito que o sonho acabara. Não quis acreditar. A Guerra do Vietnã estava em pleno curso, a guerrilha no Brasil começara a ser desmantelada pelos órgãos da repressão. O *doi-codi* era o palco dos horrores, o Esquadrão da Morte matava todo dia. O mundo de pernas para o ar, arreganhado como uma puta, e eu ali no meio, abobado com tudo o que via, sem entender nada” (205). Mais abaixo discutiremos a imagem da mulher neste livro, onde esta metáfora da puta fica contextualizada.

não ser lançando-a em um livro. Destas duas explicações, o leitor escolherá a que ele quiser”. Estas são as palavras que Victor Hugo conhecidamente colocou diante de sua narrativa *Le dernier jour d'un condamné* (253). Já Luiz Mendes utilizou como epígrafe duas frases, uma de Brecht outra de Sartre, que não só servem para dignificar sua narrativa, mas já remetem à relação entre história e o indivíduo. A apresentação do livro, da pena de Fernando Bonassi, reitera este elemento autobiográfico e histórico da narrativa.

### **Autobiografia – testemunho – confissão**

Da tradição autobiográfica, podemos destacar também a questão das conversões pelas quais Luiz Mendes passa. A autobiografia tradicionalmente articula-se como narrativa de uma metamorfose, de uma crise que gerou uma profunda transformação, como Santo Agostinho o formulou de modo canônico nas suas *Confissões*<sup>4</sup>. A confissão autobiográfica enquanto ato de linguagem visa também criar uma *verdade*<sup>5</sup>. O fato – a vida – existe e é (re)criado via linguagem, como se (do ponto de vista do leitor) “no princípio fosse o verbo”, já que não existe nenhuma outra garantia para o leitor senão as palavras sobre o papel. Começamos pelo resultado final: a vida de papel. A “verdade autobiográfica” é a própria vida e também, desde sempre, a verdade da morte. A ego-escritura inscreve-se sempre a contrapelo do caminhar da vida para a morte. Toda autobiografia é autotanobiográfica: e mais, é “bio-mitografia”<sup>6</sup>. A ego-escrita é uma máquina de ipseidade, mesmo que ela apresente um eu esfacelado, como é o caso de Luiz Mendes. Esta máquina não pode ser controlada, por mais que o leitor queira travestir-se de Sherlock Holmes<sup>7</sup>. Além disso, a confissão é tradicionalmente confissão de pecados, de fé e de louvor.

---

<sup>4</sup> Cf. Chrétien, *Saint Augustin et les actes de parole*.

<sup>5</sup> Id., p. 122.

<sup>6</sup> Derrida, *O animal que logo sou*, p. 170.

<sup>7</sup> É claro que qualquer pesquisador pode se dedicar a colher os “autênticos testemunhos” da vida do seu autor: percorrendo os passos da sua vida, levantando os documentos correlatos etc., mas este não é nosso interesse aqui. A obra de Luiz Mendes também permite uma rica leitura a partir do horizonte de expectativas da literatura, do confronto com o momento histórico que constituiu o pano de fundo de sua narrativa e também de uma referência ao nosso presente de leitura da obra.

No caso de Mendes, os pecados são confessados (seus crimes e contra-venções<sup>8</sup>), assim como sua fé (na vida criminosa, nas suas regras e estrito código de conduta, pelos quais ele se deixa torturar estoicamente sem dar com a língua nos dentes<sup>9</sup>) e também seu louvor por sua mãe (que recorda *mutatis mutandis* o louvor de Santo Agostinho por sua mãe, Mônica). Se toda autobiografia visa uma salvação “do santo”, da “nudez virginal e intacta” então “[n]ada corre o risco de ser mais envenenador quanto uma autobiografia”<sup>10</sup>. No livro de Mendes este “acerto de contas” fica tanto mais claro se tivermos em mente que ele narra uma dupla metamorfose: primeiro ele é transformado (e educado, através dos espancamentos terríveis de seu pai e depois pelas torturas sofridas da parte do aparelho militar de repressão) em um indivíduo “anti-social”, um ladrão que viria a participar de vários assaltos e de latrocínios; em segundo lugar o livro mostra sua transformação em um ser social e sociável, leitor incansável de boa literatura e de filosofia, que está na origem do Luiz Mendes autor deste livro autobiográfico (438 ss.) A verdade aqui é a da cena do tribunal: a auto-apresentação visa um testemunho, apresentar a vida para voltar á vida (*revixit*). “Acusa-te, glorifica-o”, escreve Santo Agostinho. Mendes quer recuperar a vida, seus laços com o “fora”, com a sociedade. Nesta cena o seu dentro volta-se para fora. Pois, como Derrida recorda a partir de Santo Agostinho, a confissão apresenta não apenas o que sabemos de nós, mas também aquilo que ignoramos<sup>11</sup>.

---

<sup>8</sup> Em um momento crucial de sua vida, quando estava na iminência de ser libertado do RPM (Recolhimento Provisório de Menores), devido a uma confissão sincera a um psicólogo, Mendes foi condenado a ficar mais três anos em reclusão. “Haviam me ensinado que quem fala a verdade, não merece castigo” (137). Em função desta confissão, ele foi transferido para o Instituto de Menores de Mogi-Mirim, que mantinha menores “de máxima periculosidade”: “Daí para frente odiei todos os psicólogos que pude” (144).

<sup>9</sup> Cf. a passagem: “Malandro possuía moral engessada, com um sentimento fortíssimo de honra. Havia até uma fidalguia, uma nobreza em certos malandros. Acreditavam em duelo a bala ou a faca por questões de moral e honra. Alguns gostavam de arrogar que favoreciam pobres e oprimidos, diziam só roubar ricos. Esse era o ideal de ser malandro, com muita moral e honra inatacável, defendida com a própria vida, em nosso meio “ (251 s.) Este código rigoroso estabelece a pertença ao grupo, a identidade de “malandro honrado”.

<sup>10</sup> Derrida, op. cit., p. 87.

<sup>11</sup> Santo Agostinho, *Confissões*, p. 221.

Mas o “segredo” de Luiz Mendes é inenarrável, na medida em que ele encontra-se calcado na extrema dor corporal. Por outro lado, ele sendo aquele que viveu o inferno em vida – as prisões paulistas com suas torturas e violência mimetizada pelos próprios prisioneiros<sup>12</sup> – torna-se uma espécie de Ulisses ou de Dante que conheceram em vida o inferno. Assim como as figuras paradigmáticas do narrador recordadas por Walter Benjamin, o viajante e o artesão, também Luiz Mendes tem o que narrar, algo único: sua “paixão” pelos corredores e celas do aparelho de repressão estatal com seu papel (ainda mais ostensivo na época da ditadura) de controlar e até mesmo exterminar aqueles marginalizados pelo sistema<sup>13</sup>. Benjamin, na sua tipologia que visava delinear uma fronteira entre a “era da narrativa” e o seu fim, deixou de fora a figura daquele que narra o seu martírio (e suas várias configurações, indo da confissão à autobiografia). Este narrador em primeira pessoa pode também ser desdobrado nos inúmeros “testemunhos secundários” daqueles que narram a vida destes “mártires” (das hagiografias até as diversas histórias e narrativas sobre os mais variados tipos de personagens que conheceram cada qual seu “inferno particular”, tenha sido ele um prisioneiro político, um prisioneiro “comum”, um sobrevivente de uma guerra, uma vítima de perseguição de cunho sexual ou étnico etc.). Benjamin, como é bem conhecido, enfatizou o mutismo dos que voltavam da Primeira Guerra Mundial e a moderna incapacidade de enunciar narrativas<sup>14</sup>. Por outro lado, um contemporâneo dele, Jean Norton Cru, na sua monumental obra *Témoins* – apesar ou justamente devido a seu positivismo! – vai saudar o testemunho da Primeira Guerra como uma fonte incontornável para se representar aquele evento histórico. Cru estava consciente dos limites da narrativa do soldado que retornara do front (como era seu próprio caso<sup>15</sup>). Deste ponto de

<sup>12</sup> Cf. sua frase: “O pior de estar preso era ter que conviver com presos” (167).

<sup>13</sup> Com relação a esta passagem pelo inferno e sua primeira “metamorfose” eis o que escreve o autor na triagem do RPM: “Todas as minhas boas intenções de trabalhar, viver com meus pais numa boa, foram se evaporando na medida exata dos dias que ia passando no inferno. Julgava-me traído, roubado, e pensava que não merecia o que passara. [§] Uma revolta densa ia tomando conta do meu ser. Queria agora ser bandido mesmo. Viver armado para nunca mais me sentir fraco e indefeso. Queria matar policiais, assaltar qualquer um, sem dó ou piedade” (154; cf. ainda 305, 313, 321, 360).

<sup>14</sup> Benjamin, “O narrador: considerações sobre a obra de Nicolai Leskov”, p. 198.

<sup>15</sup> Cf. Rousseau, *Le procès des témoins de la Grande Guerre: L'affaire Norton Cru*; e Dulong, *Le témoin oculaire: les conditions sociales de l'attestation personnelle*.

vista, poderíamos pensar nesta narrativa impossível, ou na narrativa apesar de seus limites e impossibilidades, como uma característica da narrativa que não só persiste no século XX e para além dele, mas que seria uma característica desta era de catástrofes<sup>16</sup>.

Se a leitura de autobiografias tem sempre algo de uma curiosidade de *voyeur*, neste caso específico do texto de Mendes a cena enfocada é aquela que desperta uma intensa curiosidade (e até um certo fascínio) em uma sociedade (a nossa contemporânea, sobretudo na América Latina) caracterizada pela violência. A cena é “obscena”, “marginal” na mesma medida em que está no coração do próprio sistema político. O “segredo” da sociedade é exposto na sua “verdade nua”. De modo semelhante, a “interioridade”, o universo psíquico e emocional do protagonista, é apresentado (ou “representado”) ao público. Um segredo sustenta e revela o outro. São as desventuras do protagonista que guiam a mão do autor-desenhista e a nossa leitura. A construção do quadro se dá simultaneamente, pintando o indivíduo por dentro na mesma medida em que seu meio que determina seus limites e transformações. A “realidade histórica” nasce da “verdade pessoal” e vice-versa.

Diferentemente da tradição épica da narrativa episódica, reciclada por autores como Varella e Rodrigues, que contam diversas histórias anedóticas das prisões, Mendes concentra-se na sua história de vida<sup>17</sup>. Ele apresenta

---

<sup>16</sup> Cf. Felman e Laub, *Testimony: Literature, Psychoanalysis, History*; Wieviorka, *L'ère du témoin*; Seligmann-Silva, “Violência, encarceramento, (in)justiça: memórias de histórias reais das prisões paulistas”.

<sup>17</sup> Mendes, apesar de não entrar em muitos detalhes das histórias de seus colegas e companheiros, recorda das conversas dos internos, nas quais, ele escreve, “em geral aumentava, os fatos, colorindo-os, mentindo descaradamente. Era preciso sempre contar uma vantagem maior para aumentar o prestígio, aumentando ao mesmo tempo o conceito de malandro de que tanto gostávamos. Ser considerados malandros era todo nosso objetivo ali” (153). Ou seja, a insinceridade é assumida como parte da narrativa das histórias da rua. Para o leitor, esta sinceridade acerca da insinceridade contamina o relato da sua vida, mas o seu efeito paradoxal é o de reforçar a “base referencial” já que o “contar vantagem” é parte da vida também. O ato de linguagem que afirma a mentira leva o leitor a querer avaliar onde existe maior ou menor dose de mentira, mas não a anular a fonte “histórica” do relato. Todo discurso autobiográfico joga com esta tensão: no momento mesmo em que o autor afirma tacitamente – como em um juramento no tribunal – “prometo dizer a verdade...”, a “mentira” e a pura fantasia já surgem para assombrar o autor e seus leitores.

sua história como a conseqüência não apenas de seu meio, mas também, como um resultado disto, de uma veneração incontida pela vida do crime: “Era fã incondicional de Elvis Presley, juntamente com minha mãe. Assim como era fã do Bandido da Luz Vermelha, do Bando do Fusca, destaques nos noticiários policiais” (45). “Saí da boate de arma na cinta sentindo-me malandro. Meu sonho era ser malandro, daqueles que saíam nos jornais” (68), ele narra lembrando-se de quando tinha quatorze anos, portanto em torno de 1966. O bandido-herói é uma referência central (cf. 103; 162), apesar de sua aura ser despedaçada ao longo do livro, na medida em que Mendes narra as conseqüências terríveis de sua vida criminosa. A presença dos jornais e noticiários sensacionalistas tanto apresenta o contexto midiático e voyeurista do crime na sociedade, como também desdobra reflexivamente o papel do escritor observador de si e do leitor, que lê e “assiste” a sua vida. A mídia faz parte também da criação do mito do bandido-herói. Ela cria sua *fama*, deusa que, desde a Antigüidade, acompanha generosamente tanto os “bons” quanto os “maus”. Mendes escreve que “faria a bala meu nome de bandido” (358): mas fazer-se um nome, no seu caso, não era o mesmo que ter um nome cantado pelas outras gerações, mas sim se transformara agora em um desejo de sucesso *instantâneo* que lhe traria respeito dentro e fora dos cárceres<sup>18</sup>.

### **Testemunho e exposição da virilidade**

A vida de Mendes desde muito cedo foi determinada pela dependência de drogas e pelo seu envolvimento com o crime. A figura paterna é apresentada como um ser monstruoso, um alcoólatra quase sempre desempregado extremamente violento e que tinha um prazer perverso em fazer o filho sofrer e reduzi-lo à mais humilhante animalidade. É como se a educação pelo espancamento criasse uma revolta contra a lei e a autoridade. A vida de Luiz teria sido marcada pela vontade de vingança: pelo ódio que ele criou com relação a seu pai. “Odiava-o com todas as forças do meu pequeno coração. Vivi a infância toda fermentando ódio virulento àquele meu algoz e envenenando minha pobre existência” (15). A família aparece como uma espécie de microcosmo que reproduz a mesma

<sup>18</sup> Após um assalto, no qual Mendes cometera um assassinato, ele escreve que todos do bando comentaram os fatos “que para nós eram uma odisséia. Os louros da vitória me couberam” (363).

estrutura violenta da sociedade. Fora de casa também, desde muito pequeno, Mendes vai ser submetido à educação pela violência, que atingiu graus bárbaros de tortura que o deixou algumas vezes à beira da morte. Como seu pai, também os policiais demonstravam “um prazer mórbido em nos bater” (151; cf. 385). Ao invés da formação como um processo de introjeção das leis, vemos a paulatina “deformação” de Mendes, que vai aderir apenas às leis do crime, ao código de honra da criminalidade: “Eu já havia introjetado a lei do crime” (127). Ao invés de uma entrada no universo do simbólico, onde, segundo a concepção iluminista da formação do cidadão, as leis seriam universalmente introjetadas e criariam uma sociedade de irmãos, Mendes trilha o caminho da violência (que ele vai reproduzir nas suas relações sociais) que se liga explicitamente ao seu desenvolvimento sexual precoce. Faz parte da imagem do bandido-herói a sua super-masculinidade.

Este ponto é particularmente interessante e digno de destaque se recordarmos que existe uma tradição testemunhal antiqüíssima e arquetípica que aproxima o testemunho da posição masculina no ato sexual. Devemos lembrar que nas sociedades mais tradicionais as mulheres não podem testemunhar no tribunal. Já Freud recorda que nos hieróglifos o símbolo para a testemunha é um falo (FREUD 1970: VII, 91)<sup>19</sup>. Na tragédia *Eumenides*, de Ésquilo, que representa uma verdadeira matriz da nossa concepção tradicional de direito e do papel do testemunho, o famoso julgamento de Orestes é todo ele baseado na questão da masculinidade e de sua superioridade diante da mulher. Palas Atena, a juíza, dá seu famoso voto a favor de Orestes – o matricida, assassino de Clitemnestra – declarando votar no partido dos homens. Ela é o exemplo que Apolo, o advogado de Orestes, dá para provar que somos apenas filhos de nossos pais<sup>20</sup> e nossas mães são estrangei-

<sup>19</sup> Na escrita acádica cuneiforme o símbolo para testemunha é semelhante a um olho e significa tanto ver, aquilo que está diante, quanto a pessoa que testemunha (Labat, *Manuel d'épigraphie akkadienne*, p. 201). Já o sinal para o falo, para o número um e para se indicar uma pessoa é um traço vertical. Este sinal aparece diante de cada nome nas listas de testemunhas dos escritos cuneiformes. Devo esta última informação a Dra. Kathryn Slanski da Coleção da Babilônia da Sterling Memorial Library de Yale.

<sup>20</sup> Filhos “do pai”, deveria escrever, já que a língua portuguesa já nos faz dizer que a mãe está submetida ao pai quando dizemos “pais” para nos referirmos aos nossos progenitores. A “lei da língua” e da gramática também é falocêntrica. Ou melhor, é antes de mais nada nesta lei que o falocentrismo se instaura.

ras a nós. Atena, como aquela que nasceu da cabeça de seu pai, Zeus, dispensou o papel da mãe na procriação. Na própria língua percebemos também esta conexão entre o testemunho e a masculinidade: *testis* em latim significa tanto testemunho, como testículo. Em alemão, testemunha é *Zeugen*, que vem do verbo que significa fertilizar, no sentido masculino de procriar. *Testis* encontra-se como étimo em atestar assim como em testamento. Ele tem a ver com uma visão presencial da comprovação como apresentação de algo a visão (cf. BENVENISTE 1995: II). A apresentação à claridade dos olhos do sexo masculino como prova seria o paradigma deste modelo de atestação. Na concepção matricial de testemunho que lemos na *Eumenides* testemunha-se antes de mais nada a virilidade.

O livro de Mendes também é um verdadeiro tratado de testemunho como apresentação da masculinidade. O “grande bandido” também deve ser o “grande macho” que leva para cama desde pré-adolescente os meninos da sua redondeza e depois o maior número possível de mulheres. Seu maior pavor é a possibilidade de ser estuprado pelos prisioneiros mais fortes: isto significaria uma condenação a se transformar em “garoto” para sempre.

### **Sistema testemunhal: lei e violência**

Notar esta coincidência entre o elemento testemunhal e a presença desta encenação da masculinidade significa também revelar a complementaridade entre a lei, a cena do tribunal, a sociedade civil e este sistema testemunhal. Ou seja, a visão iluminista do indivíduo isola artificialmente o “mal” do “bem”, separa a justiça e o bem-estar da sociedade, dos indivíduos não-formados ou deformados. Aquilo que eu gostaria de denominar de *sistema testemunhal* revela o compromisso da lei com a violência. As leis (a censura do superego freudiano), afinal de contas, só existem dentro de sua relação conflituosa com o universo amorfo dos desejos e das pulsões. O recalcado desde sempre existe dentro de um *compromisso* com a censura. Esta nasce, como nos ensinou Freud em *Totem e Tabu*, justamente para recalcar a culpa originada no assassinato do “pai primevo”, o líder da horda originária. A sociedade e seu sistema de leis seriam uma resposta a uma pulsão destrutiva. No sistema policial e pena, este compromisso, como lemos no livro de Mendes, vai bem longe, na

medida em que percebemos uma verdadeira simbiose entre aparato de segurança e o crime.

Quando batedor de carteira, Mendes era sempre liberado após pagar uma parte aos policiais: “Presos não poderíamos produzir dinheiro para que nos assaltassem com suas carteirinhas de policiais. Éramos tipo galinhas de ovos de ouro, para eles” (108)<sup>21</sup>. Em outra situação, preso novamente, ocorre um “acerto financeiro” com os policiais. O colega de Mendes, Dinho, seria libertado para ir buscar dinheiro e só então ele seria solto também: “Eu era refém da polícia, e só mediante resgate me soltariam. De ladrão a vítima, triste destino...” (298). Nessa passagem, a “hospitalidade” da prisão, que é a que mais expressa a proximidade entre *hospes* (hóspede) e *hostis* (inimigo, o segundo termo sendo derivado do outro; cf. BENVENISTE I, 98 ss.), transforma-se em pura *hotage*, seqüestro. Não por acaso no mesmo julgamento de Orestes acima lembrado, na *Eumenides*, Atena pacífica o coro das Fúrias, as representantes de Clitemnestra e de sua vontade de vingança, através de um pacto que incorpora a violência e o castigo dentro da lei. Este *pacto trágico* é o mesmo que Freud localizou no início da civilização. Atena afirma que o cidadão só é justo se for controlado pelo medo. A fúria vingativa é incorporada à lei e não substituída por ela. A ambigüidade dos sentimentos de Mendes com relação a seu pai (odeia-o e admira-o) pode ser lida como um sintoma desta outra ambigüidade, a da lei, que ao mesmo tempo em que é falocêntrica e misógina, está calcada no assassinato do pai (primevo, arquetípico). A visão trágica da vida como um ciclo incessante de violência é um lugar-comum nos escritos dos cárceres. Neles a vingança – a incapacidade de esquecimento e de perdoar – ocupa um local de honra. Mendes raciocina, em uma das raras metáforas extensas de seu livro, revelando a lógica circular que rege o sistema penal:

Certa vez, li, não sei onde [provavelmente em Brecht], que condenava-se o rio por ser caudaloso e devastador em sua corrente, mas nada se dizia das margens que o limitavam

---

<sup>21</sup> Cf. ainda esta outra passagem que trata do internamento em Mogi-Mirim: “Até os guardas eram influenciados pela nossa cultura marginal e secreta. Usavam nossas gírias e, muitas vezes, procediam conforme nossos valores. Realmente, não seria juntando uma multidão de meninos de rua, delinqüentes juvenis, em alojamentos, alimentando-os, obrigando-os ao trabalho e sujeitando-os a uma rígida disciplina que se conseguiria educá-los” (180 s.).

e comprimiam, tornando-o tão violento. Era o caso ali [na triagem do RPM]. Queriam proteger a sociedade de nós, mas talvez a solução fosse nos proteger da proteção social. Daí é para se perguntar se éramos animais, como queriam, ou se éramos animalizados, como nos faziam. Marginais e criminosos ou “marginalizados” e “criminalizados”? O resultado se observaria no estrago, na devastação que retribuiríamos, no futuro, à sociedade (146)<sup>22</sup>.

O medo também está onipresente no livro de Mendes. “O medo era o instrumento mais utilizado e aproveitado naquele sucursal do inferno” (300), ele escreve com relação ao efeito da onipresente tortura no presídio da avenida Tiradentes. Apesar deste sentimento aparentemente se opor ao espetáculo de virilidade, Mendes apresenta-o como parte de sua auto-encenação como alguém pequeno e fraco. Sua fortaleza teria sido duramente conquistada, em grande parte devido à astúcia e ao uso de armas<sup>23</sup>. Neste sentido, ao expor seu medo e sua fragilidade – sobretudo diante do brutal aparato de polícia – ele também gera um apelo à piedade do leitor<sup>24</sup>.

---

<sup>22</sup> Cf.: “Criava-se uma geração de predadores que iria aterrorizar São Paulo. A maioria seria morta pela polícia, mas antes disso... [...] Nossa preocupação não era só o dinheiro. Era vingança, explosão de uma revolta contida e cultivada em longos anos de cativo, nas mãos de sádicos carrascos torturadores” (182). A consciência de Mendes do fato de que os “marginais/ marginalizados” são uma espécie de escória e de alimento (quase que sacrificial e necessário) da sociedade, homo sacer, na expressão consagrada e Giorgio Agamben, fica clara quando ele explica a lógica do artigo 59 do código penal (que ele teve que assinar quando foi preso como batedor de carteiras no centro de São Paulo): “Teria trinta dias para arrumar um emprego. Caso contrário, a qualquer momento que fosse preso, poderia ser autuado em flagrante de vadiagem. [§] Num país em que o desemprego é parte do esquema para manter os salários baixos, o artigo 59 do código penal é um absurdo inominável. No momento em que alguém é mandado embora do emprego, já está infringindo as disposições legais deste artigo. Mais trinta dias e poderá, inclusive, ser apanhado por ter sido desempregado. Além de ficar sem o emprego, ainda vai preso” (232).

<sup>23</sup> Descrevendo a violência entre os detidos no RPM, Mendes afirma que o medo desumanizava as pessoas que mimetizavam a violência a que estavam submetidas. Sua astúcia nem sempre podia ajudar: “Sobressaía sempre pela astúcia e ousadia. E ali não era local onde tais virtudes pudessem ser consideradas. Predominava a lei dos mais fortes. A força bruta. [...] Os loucos, os débeis e os fracos eram o alvo favorito de todos naquele depósito de vidas humanas” (122). O que é considerado o “resto” da humanidade reproduz internamente este mecanismo de destruição do “outro”.

<sup>24</sup> Mendes se apresenta como um amigo dos mais fracos. “Sempre fora mais amigo dos pequenos e humildes. [...] Tinha pena do ostracismo a que eram submetidos, quando não conhecidos. Havia algo de bom em mim” (183). “Jamais consegui ver pessoas sofrendo, sem me comover” (194).

*Phóbos* e *eleos*, medo e compaixão, as duas paixões fundamentais da tragédia, interagem ao longo do livro. O leitor flutua ambigualmente também entre uma reação de espanto e recuo diante da violência, que também nasce do protagonista, e uma compaixão diante de seu estado psíquico e corporal. Na medida em que nos identificamos com ele, de certo modo transgredimos também as leis e compactuamos com sua violência. A famosa *kátharsis* aristotélica explica em parte este fenômeno. A apresentação da tragédia, do excesso, da contravenção, gera, pela via do medo e da compaixão, uma “purgação” destes sentimentos. Tornamo-nos ao mesmo tempo comovidos e mais protegidos destes sentimentos.

### **Literatura como denúncia**

Mas seria errado concluir que a obra tem uma moral pacificadora ou conformista. A apresentação da tortura – que Mendes sofreu desde adolescente – tem um valor não apenas literário, mas também social e político. A literatura de forte teor testemunhal não apenas tem uma relação tensa com a produção de prazer (o *delectare* da tradição poética), como também, contra o esteticismo neoromântico, reinstaura o elemento educador, útil, por assim dizer, que sempre fora pensado como o *prodesse* da Paidéia clássica.

O pau-de-arara, a que Mendes é várias vezes submetido, inicialmente lhe é aplicado com requintes da parte dos torturadores que não queriam deixar marcas no corpo do menor de apenas quatorze anos. “A perfeição do torturador é causar o maior volume de dano e jamais deixar vestígios” (75; cf. 71). O torturado é reduzido a mero objeto nas mãos dos algozes: vai perdendo os contornos humanos, torna-se algo amorfo. Várias vezes lemos frases do tipo “Não era mais gente. Era apenas uma coisa que odiava e se rendia, ao mesmo tempo” (73). “... todos formados à distância de um braço, fomos contados como gado. Os guardas não falavam. Eles gritavam, e quase sempre ofensas. Palavrões” (ele escreve referindo-se ao Recolhimento Provisório de Menores, onde os guarda usavam, entre outros instrumentos, chico-

tes; 111)<sup>25</sup>. O medo é internalizado pela via da dor: “O medo era visceral, nascia de minhas entranhas e me sufocava. A cada passo era preciso dominar o pânico. Na verdade, meu pai me criara preso ao medo” (98).

### **Sexismo + racismo**

O torturado aprende que uma das maneiras de conter a fúria dos torturadores é apresentar-se o mais destruído e humilhado possível, adiantando assim a reação esperada. Por outro lado, diante dos demais “malandros”, “aprendera que o medo é algo que não deve ser demonstrado em hipótese alguma” (116). Mostrar-se medroso equivale a efeminar-se, fraquejar. Aos leitores Mendes apresenta-se ao mesmo tempo como vítima e agressor. Ele apresenta-se também como alguém que nunca traiu o código da “malandragem” que inclui, antes de mais nada, a proteção de sua virilidade: “Jamais abusei de ninguém em prisão alguma. A moral

---

<sup>25</sup> Guardadas as enormes diferenças, em vários momentos do livro a descrição dos procedimentos de humilhação dos prisioneiros faz lembrar a instituição biopolítica dos Campos de Concentração, sobretudo na sua vertente nazista. Mendes mesmo observa com relação ao caminhão que transportava os prisioneiros entre a cadeia e o presídio: “Parecia aqueles carros com escapamentos para dentro em que os nazistas transportavam os judeus. Eu ainda iria sofrer muito, e muitas vezes, nas mãos daquele torturador motorizado” (271). A diferença está no fato de que os referidos caminhões nazistas de fato matavam a todos neles transportados. Os prisioneiros, outro exemplo, são submetidos a típicos rituais de entrada na prisão que incluem a raspagem do cabelo, a obrigação de desfilar nu diante dos demais detentos e policiais (424), a detetização, utilização de uniformes e privação de comida (certa vez Mendes ficou 10 dias sem receber nada para comer; 296). Além disso, os prisioneiros são submetidos a contagens e chamadas e a divisão do espaço se dá algumas vezes a partir de elementos corporais, como tamanho e força (seguindo uma “biotipologia”, segundo o próprio Mendes; 451). A cumplicidade dos médicos nas seções de tortura, que Mendes narra em detalhes, também lembra a profunda cumplicidade do ideário nazista com uma ideologia médica baseada na higienização da sociedade e extirpação do que era considerado insano. Nos dois casos a identidade é reduzida aos dados meramente animais. Todos estes procedimentos evidentemente despersonalizam e desumanizam o prisioneiro e concorrem pra transformá-lo não em um cidadão – indo contra o que uma visão correcional do sistema penal levaria a crer –, mas sim em alguém com enormes dificuldades de poder um dia voltar a ser um membro da sociedade. (cf. Mendes 156 ss.) Mas é evidente que as diferenças entre os modos do biopolítico não podem ser esquecidas; uma prisão na América Latina, por mais semelhanças que tenha, não é igual a um Campo de Concentração nazista (nem ao Gulag), do mesmo modo que a marginalização e assassinato dos marginalizados neste continente não é a mesma coisa que o projeto genocida nazista. Estas nuances essenciais não podem ser perdidas de vista.

estava na bunda, e a minha era meu tesouro” (129; cf. 441). “O crime é machista por necessidade” (304).

Esta literal “corporificação” e “sexualização” dos códigos morais pode ser lida também nas alusões a diferenças de cor dos prisioneiros. Vale a pena transcrever a seguinte longa passagem sobre o período em que Mendes estava Instituto de Menores de Mogi-Mirim:

Tínhamos nossos próprios conceitos e um regime social secreto. Parece que a relação humana é sempre uma expressão cultural. Havia até estratificação social. Aqueles com idéias afins, ou mesmo os que eram provenientes de um mesmo bairro, formavam uma sociedade. Havia até preconceito racial, só que invertido. Aqueles que eram mulatos já se consideravam “negrões”, e negrão era elemento não desejado sexualmente. Logo, o negrão era ativo, geralmente o maior, o mais forte, portanto, mais conceituado. O branco era sempre “branquinho”. Como éramos todos jovens, raros eram os que tinham pêlo no corpo, então o branquinho tinha algo a ver com feminino, daí desejável. Em geral tinha uma bundinha branquinha que às vezes era até cor-de-rosa.

Numa microssociedade tão profundamente dirigida pela sexualidade desabrochante, é fácil entender como aqueles que constituíam objeto de desejo eram tão desprestigiados socialmente. Os negrões eram conceituados, os branquinhos precisavam provar, na base da valentia, que eram homens e capazes de enfrentamentos com os negrões. Era preciso ser perigoso para ser respeitado. Muito perigoso, inspirar temor. Aqueles que não o fossem, que tratassem de arrumar um jeito de sê-lo, senão... (175)

O racismo era “invertido” do ponto de vista da moral “malandra” que vê no fato de alguém ser desejado sexualmente (ser visto como bonito e delicado) um rebaixamento, um “efeminamento” e uma objetificação<sup>26</sup>. O “negrão” era o forte, o maior e o ativo. Invertida é a situação da bur-

---

<sup>26</sup> Mas esta identificação da mulher com a fragilidade não é tão simples na obra de Mendes. É verdade que ele escreve, por exemplo: “Sempre foi bem mais fácil fazer amizade com mulheres do que com homens. Sempre desconfiei dos homens. [...] As mulheres eram mais frágeis, possuíam mais sensibilidade, o que me aproximava delas” (188). Por outro lado, seu protagonista vai sistematicamente cair em relações com mulheres fortes que o espancavam – como seu pai o fizera, os policiais e os colegas mais fortes –, como foi o caso de seu relacionamento com Zoião, com Isabel e com Sueli. Com relação a esta última, ele observa: “sempre me disseram que o homem é que ataca, e a minha experiência com mulheres sempre apontava para o contrário. Ela era mais alta e mais forte que eu, me dominava facilmente” (352 s.).

guesia brasileira branca, objeto dos desejos de consumo de Mendes e seus companheiros de encarceramento, que é como que projetada nos “branquinhos”. Na situação da microsociedade prisional, este “branquinho” pode finalmente ser dominado e possuído. A ambigüidade se expressa novamente aqui: o modelo é amado e odiado. Quer-se ser igual aos “be-belos” e delicados brancos burgueses e ao mesmo tempo quer-se destruí-los, dominá-los, incorporá-los, “comê-los”. Mendes encarna esta ambigüidade de um modo complexo, na medida em que era identificado pelos companheiros como um “branquinho”<sup>27</sup>, apesar de ter um currículo de “negrão” e de desejar ser visto como tal. Uma das práticas de violência entre os prisioneiros é, além de violentar os mais fracos, travesti-los, obrigar a “vestir calcinha de mulher, desfilarem se requebrando, depilar-se” (224), como ele conta com relação ao presídio da Tiradentes (local onde na época torturavam-se também os membros da oposição à ditadura).

### **Narrar a dor e a morte**

A narrativa de Mendes leva o título de *Memórias de um sobrevivente*. Já discuti acima a questão do elemento memorial-autobiográfico do texto na sua relação com o conceito de testemunho como *testis*. Vale a pena determo-nos mais no conceito de “sobrevivente”. Num determinado momento do livro, ele define o que significa proceder e pensar “como um sobrevivente de alguma guerra”, coisa que ele aprendera com sua vida: “Amor para mim era sexo. Estava preparado apenas para defender e resistir. Se me dessem uma chance, revidar com extrema violência, para matar, se facilitassem. [...] Era aquela educação que as instituições do governo me dotaram” (190). Por outro lado, sobrevivente quer dizer também que a pessoa assim denominada conheceu a morte de perto. O sobrevivente como que carrega consigo a experiência de algo inexperien-

<sup>27</sup> Ao entrar em um grupo de jovens no seu bairro, Mendes torna-se o “Luiz Branquinho”, para ser diferenciado do “Luiz Negrinho”: o estabelecimento de diferenças talha aqui identidades (217). Vale a pena ler um de seus raros auto-retratos ao longo da narrativa: “Tornara-me rapaz baixo, entroncado, robusto, sem nada de especial, senão os olhos grandes e brilhantes de sede de viver. Olhos e cabelos castanhos, feições regulares, sem nada que chamasse atenção. Figura comum. Sem nada mesmo fora do normal. [...] A única coisa de que não gostava era o meu tamanho. Queria ser alto e forte” (189). Seu sonho era se tornar uma potência viril, que ele relata ter realizado durante alguns momentos de sua vida (Cf. 315).

ciável, que é a morte ou algo muito próximo a ela. O sobrevivente é *superstes*, sobrevivente em latim, mas também a testemunha que porta consigo a experiência da dor. Ao lado do testemunho como *testis*, como apresentação da prova, que, como vimos, tem muito a ver com comprovação da virilidade e funciona dentro do registro da visualidade, existe também esta figura da testemunha como uma sobrevivente. Neste segundo sentido, ela tem algo a narrar que sequer ela mesma pôde experienciar ou traduzir em termos simbólicos. *Superstes*, como Benveniste comenta, “não é somente ‘ter sobrevivido a uma desgraça, à morte’, mas também ‘ter passado por um acontecimento qualquer e subsistir  *muito mais além* desse acontecimento’, portanto, de ter sido ‘testemunha’ de tal fato”<sup>28</sup>. O testemunho como *superstes* radicaliza o fato fundamental da linguagem – ao menos desde os românticos – que é justamente seu descolamento do real. Diante do “real” da dor, as palavras revelam-se como moeda gasta e sem sentido preciso. Tudo pode ser dito, mas isso não implica que tudo possa ser significado, passado através dos signos. Por outro lado, o signo que porta o testemunho como *superstes* torna-se uma espécie de pele onde praticamos outra modalidade de leitura que procura decifrar as marcas deixadas pela violência que apenas podemos imaginar, mas nunca sentir. Trata-se de uma recepção do testemunho que está aquém e além do registro da visualidade. A violência praticada nos “porões da sociedade” via de regra ocupa um local paradoxal: por um lado a instituição responsável pela violência quer *esconder* suas práticas que fogem ao contrato social que estabelece o monopólio estatal da violência; por outro lado estas mesmas instituições – e sobretudo o aparato da repressão no caso específico da ditadura militar brasileira, período em que se passa a história narrada por Mendes – procuram *ostentar* suas garras, visando à intimidação da população. Não podemos esquecer que na ditadura, calçada, como os regimes totalitários, na suspensão dos direitos básicos dos cida-

---

<sup>28</sup> Benveniste, *O vocabulário das instituições indo-européias*, v. II, pp. 277 s. “Verificamos a diferença entre *superstes* e *testis*. Etimologicamente *testis* é aquele que assiste como um ‘terceiro’ (*terstis*) a um caso em que dois personagens estão envolvidos; e essa concepção remonta ao período indo-europeu comum. Um texto sânscrito enuncia: ‘todas as vezes em que duas pessoas estão presentes, Mitra está lá como terceira pessoa’; assim o deus Mitra é por natureza a ‘testemunha’. Mas *superstes* descreve a ‘testemunha’ seja como aquele ‘que subsiste além de’, testemunha ao mesmo tempo

dãos e na paradoxal institucionalização do estado de exceção, esta ambigüidade e contradição da violência estatal fica ainda mais explícita<sup>29</sup>. Assim, Mendes narra, como vimos, as técnicas de tortura que visavam não deixar marcas na pele do torturado, sobretudo no caso das torturas que sofreu quando era menor de idade. O que revela um “pudor” dos policiais em torturar mais ou menos explicitamente (ou seja: deixando marcas na pele) “apenas” os adultos. Surpreendemos aqui esta dialética neste desejo da parte do aparato de repressão, no sentido de querer mostrar sua potência e ao mesmo tempo esconder as conseqüências dela. Este movimento é refletido pelas vítimas que não apenas se lembram do ocorrido, como muitas vezes sequer conseguiriam se esquecer do que viram. Estas memórias têm a qualidade de um fardo difícil de carregar. As imagens queimaram a retina de seus olhos. Como Mendes escreve referindo-se às vítimas da tortura no presídio da Tiradentes: “Nunca mais esqueço aquela poça de sangue na entrada do xadrez, acho que está fotografada para o resto da vida, como uma tatuagem” (301).

Diferentemente destas imagens, a dor no próprio corpo deixa outras marcas. A dor é algo que se passa na ilha que é nosso corpo. Quando Mendes viu um prisioneiro sendo violentado sucessivas vezes por companheiros de cela, ele via tudo como que de outro planeta, apesar da sua proximidade: “Eu a tudo observava qual tivesse com uma luneta, observando outro planeta” (223). Já a sua própria dor e as torturas pelas quais ele passou ele tenta – apesar de tudo – descrever do modo mais claro possível, sem recuar diante da recordação destes fatos dolorosos. Podemos interpretar esta presença tanto argumentando que estas cenas são essenciais na sua vida, como também elas são essenciais na sua denúncia do sistema policial e penitenciário. Um dos fenômenos que ele destaca nestas cenas é uma espécie de descolamento entre mente e corpo: ou seja, sua vontade de abandonar o corpo. Este tipo de “esquizofrenia”, típico de relatos de torturado, aparece também quando ele descreve um

---

<sup>29</sup> Para uma teoria política que sobrepõe o poder estatal e a violência cf. o famoso texto de Benjamin, “Zur Kritik der Gewalt” (“Para uma crítica da violência/ do poder”). Para uma concepção oposta e mais pragmática, que vê como necessária a distinção entre “power” e “violence”, cf. Arendt (*On Violence*, p. 56). A argumentação de Benjamin é essencial para uma crítica do poder e da violência, mas a de Arendt é mais passível de ser pensada em termos históricos.

linchamento por populares na rua de que foi vítima: “Assistia àquilo tudo como fosse um filme, não parecia real, no entanto doía e sangrava” (293)<sup>30</sup>. Ao ler estas descrições detalhadas das cenas de tortura, o leitor, ao mesmo tempo em que sente pena da vítima – e assim reforça seu sentimento social de compaixão –, perde a crença no ser humano como um ser “bom” e “digno”. Através da barbárie nos “humanizamos” para em seguida recusar qualquer tipo de humanismo inocente.

## **A dialética abjeto/objeto**

Mendes descreve também a “animalização” dos prisioneiros destacando não apenas a sua objetificação, mas também sua abjetificação. A perda do corpo (da sua liberdade), a sua transformação em massa corpórea disponível ao sacrifício como também ao trabalho (muitas vezes escravo nos presídios), a redução do ser humano a agregado de carne, ossos e nervos, é radicalizada com o espetáculo da dor e da abjetificação. Se o Iluminismo e sua antropologia otimista são postos à prova através dos testemunhos dos cárceres, é porque seus conceitos de “igualdade”, “liberdade” ou “fraternidade” sofrem aí profundas transformações. Ao invés de nobres conceitos puros, significando os elevados fins da humanidade, são revelados em seu compromisso com a dominação. As fezes que os policiais introduzem na boca do torturado (388) são o contraponto literal desta reversão dos conceitos em “violência crua”, para usar uma expressão de Mendes empregada para caracterizar as torturas de que foi vítima.

---

<sup>30</sup> Cf. também uma descrição de uma das seções de tortura por que passou em uma delegacia. Após narrar como havia sido espancado, recebido chutes na cara, sofrido choques no ânus e sarrafos, ele escreve: “Os tiras já estavam bêbados, havia litros de uísque para todo lado, várias garrafas foram quebradas na minha cabeça. Mas eu nada sentia. Parecia estar pairando sobre meu corpo, assistindo à tortura e sofrendo-a, mas só de ver o que faziam com meu corpo, ficava com dó de mim. [§] A impressão de estar fora do corpo era tão forte que mexi o corpo para ver se ele mexia, e não mexeu. Achei que havia morrido. [...] Era incompreensível” (377). Mais adiante ele escreve ainda, após a seção de tortura: “Fiquei ali gemendo, sentindo o inferno de ser eu mesmo, estar vivo e não ter sido morto ainda” (379). Na seção seguinte, no pau-de-arara, após mais choques, desta vez além do ânus também na glande, ao apanhar com palmatória de ferro ele conta que “minha alma quis abandonar meu corpo. [...] Ele só batia nas unhas dos pés e das mãos. E com uma perícia incrível, pois quase não batia em cima, mas contra as pontas das unhas, para fincá-las na carne. A dor era lancinante, enlouquecedora” (380).

(389) Em outra passagem, quando está em uma cela forte, Mendes se viu obrigado a se comunicar exclusivamente pela privada: os canos de esgoto (chamados de “telefone”) constituíam o seu único canal de comunicação. (430) O simbólico literalmente é conduzido pelo e a partir do abjeto. A prisão pode ser vista como um micro-modelo da sociedade onde todas as ambigüidades da lei e da civilização se manifestam de modo explícito. Esta ambigüidade também é explicitada em frases do tipo: “na prisão quase tudo era proibido e permitido ao mesmo tempo” (405) O testemunho revela que o que se passa nos “porões da sociedade” passa-se, na verdade, nos seus pilares e estacas de sustento.<sup>31</sup> Resta pensar se e em que medida esta violência pode ser separada do poder.

### **O inferno do agora e a desrealização do mundo**

Uma das características mais marcantes da experiência em instituições totais (ou sob regimes de exceção), onde a qualquer momento e por qualquer motivo absurdo pode-se perder a vida, é a temporalidade marcada pela ditadura do agora. A vida de Mendes vai se tornando aos poucos um verdadeiro inferno do agora. Apenas sua metamorfose final, em escritor, é que vai lhe abrir as portas do passado e do futuro. Antes disto, sua narrativa da vida nas prisões e nos cativeiros é um verdadeiro paroxismo do tempo do presente. O “tempo do agora” para alguém na situação dele é o verdadeiro oposto do utópico “tempo do agora” (*Jetztzeit*) benjaminiano, caracterizado pela explosão do contínuo da história e simultânea libertação do peso do histórico e da dominação dos homens sobre os homens e

---

<sup>31</sup> Como Mendes escreve, após descrever o que passou por três meses de seções de tortura: “Estávamos cientes de que aqueles que nos barbarizaram o fizeram em nome de uma sociedade. Uma sociedade que nos repelia, brutalizava, segregava, e que quase nos destruía. E o pior: uma sociedade que precisava dessas monstruosidades para se manter. A tortura era uma instituição social” (399 s.), o ódio e o desejo de vingança de Mendes foram canalizados no sentido da escritura de seu martírio (“minha via-crúcis”, como ele escreveu; 405). Só assim ele conseguiu quebrar o ciclo de vingança e ódio que ele descreve tão bem no seu livro. Se é evidente que esta saída simbólica (pelo simbólico) não significa o fim desta necessidade de violência da parte da sociedade, ao menos ela permite uma reflexão crítica. Ou seja: a desmontagem do Iluminismo não significa que devemos deixá-lo para trás e abandonar suas utopias inocentes, mas sim que precisamos criticá-las. O que importa é a consciência da dialética do Esclarecimento, e não simplesmente a sua condenação (que seria tão inocente quanto a crença não-crítica nos seus teoremas clássicos).

dos homens sobre a natureza. (Cf. BENJAMIN 1974) Já Mendes escreve, por sua vez: “Para mim só existia o momento, nem passado acontecera. Viver era um mergulho no agora, instantaneamente. O resto era ilusão. Futuro não existia, passado idem, Só o presente, em sua exuberância, era real” (327) Esta “exuberância” poderia ser tanto positiva<sup>32</sup>, como é o caso da passagem de onde vem esta citação – quando ele realizava seus sonhos de “grande bandido” e de “rei”, ou “pai” de uma família de filhas que lhe pertenciam –, mas também poderia ser seu oposto, como os momentos de extrema penúria na carceragem o mostram. Após passar por várias seções de tortura e de receber dos policiais uma corda de náilon, com recomendações para que ele se enforcasse, ele escreve: “Era sexta à tarde, e pensei em viver, pelo menos mais um fim de semana” (394) Por outro lado, a vida enclausurada leva a um super-dimensionamento do tempo. Como “matá-lo” passa a ser uma questão primordial. Ou seja, o tempo momentâneo pesa sobre o prisioneiro como um bloco compacto que o esmaga. Mendes descreve suas estratégias para fugir da depressão decorrente desta opressão que incluía uma rigorosa rotina de exercícios, ou ainda a fuga para o mundo dos sonhos. (435) Mas após nove meses de solitária ele já era vítima da sensação decorrente deste esmagamento espaço-temporal, também narrada pelos prisioneiros de Campo de Concentração nazistas: “Há momentos na vida do preso em que ele não acredita que exista nada além da prisão. Mesmo vendo a rua pela janela, aquilo parece mais um quadro apenas. Rua é ficção, ilusão” (443) Esta desrealização do mundo externo pode ser interpretada também como um retrato fiel do processo de “encriptação” destes indivíduos isolados e “recalcados” pela sociedade.

Como vimos acima, a “solução” que Mendes encontrou para este processo de ruptura do mundo e encapsulamento foi a saída pelo universo das letras. Iniciado pelo amigo Henrique, ele mergulha nos livros com um plano em mente: “Eu iria construir uma nova história de minha vida, doravante. Uma história mais bonita” (443) Nesta segunda e profunda metamorfose o passado de Mendes recebe um novo significado. “[T]odos os males de minha vida me fizeram bem. O que não mata...”(454). “Só me restava fazer uma releitura e reinterpretção desse mundo. Sim-

<sup>32</sup> Cf.: “deveríamos curtir a vida, pois ela nos era breve” (371).

ples”(461). Sua identidade passa agora pela busca de um outro tipo de reconhecimento, não mais como o “grande bandido”, mas sim “como pessoa culta e sábia”. (468) Mendes acaba seu livro contando que em 2000 era pai de dois filhos, estava casado e cursava o primeiro ano de direito da PUC de São Paulo. Paradoxalmente vemos que apesar de toda crítica radical do livro contra o sistema penal, o final em “happy end” parece indicar que o autor conseguiu sim se “regenerar”, tornar-se um “cidadão respeitável”. Mendes estava formado. Seu passado sofrido foi revertido em seus “anos de aprendizagem”. Ma se levamos em conta que ele é um “sobrevivente”, fica claro que ele também é uma enorme exceção ao sistema. O tipo de exceção que confirma a regra.

New Haven, fevereiro de 2005.

### Referências bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- SANTO AGOSTINHO. *Confissões*. Trad. de J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina, Petrópolis: Vozes, 1987.
- ARENDDT, Hannah. *On Violence*. San Diego, New York, London: Harcourt Brace & Company, 1970.
- BENJAMIN, Walter. “O narrador: considerações sobre a obra de Nicolai Leskov”, em *Magia e técnica, arte e política*. Trad. de S. P. Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985, pp. 197-221.
- \_\_\_\_\_. “Über den Begriff der Geschichte”, em TIEDEMANN, Rolf e SCHWEPPEHÄUSER, Hermann (org.). *Gesammelte Schriften*. Frankfurt: Suhrkamp, 1974, v. I.
- \_\_\_\_\_. “Zur Kritik der Gewalt”, em TIEDEMANN, Rolf e SCHWEPPEHÄUSER, Hermann (org.). *Gesammelte Schriften*. Frankfurt: Suhrkamp, 1977, v. II, pp. 179-203.
- BENVENISTE, E. *O vocabulário das instituições indo-européias*. 2 v. Trad. de D. Bottmann, Campinas: UNICAMP, 1995
- CHRETIÉN, Jean-Louis. *Saint Augustin et les actes de parole*. Paris: PUF, 2002.
- CRU, Jean Norton. *Témoins*. Paris: Les Étincelles, 1929.
- DERRIDA, Jacques. *O animal que logo sou (a seguir)*. Trad. de F. Landa. São Paulo: UNESP, 2002.
- \_\_\_\_\_. “Circonfession”, em DERRIDA, Jacques e BENNINGTON, George. *Jacques Derrida*. Paris: Seuil, 1999.

- DULONG, Renaud. *Le témoin oculaire: les conditions sociales de l'attestation personnelle*. Paris: Édition de l'ÉHÉSS, 1998.
- DU RAP, André. *Sobrevivente André du Rap (do Massacre do Carandiru)*. São Paulo: Labortexto Editorial, 2002.
- FELMAN, Shoshana e LAUB, Dori. *Testimony: Literature, Psychoanalysis, History*. London: Routledge, 1991.
- FREUD, Sigmund. *Freud-Studienausgabe*. Frankfurt: Fischer Verlag, 1970.
- HUGO, Victor. *Le dernier jour d'un condamné précédé de Bug-Jargal*. Paris: Gallimard, 1970.
- JOCENIR. *Diário de um detento: o livro*. 2ª ed. São Paulo: Labortexto Editorial, 2001.
- LABAT, René. *Manuel d'épigraphie akkadienne*. Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner, S. A., s.d.
- Letras de Liberdade*. Autores diversos. São Paulo: WB Editores Ltda., 2000.
- MENDES, Luiz Alberto. *Memórias de um sobrevivente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- NEGRINI, Pedro Paulo. *Enjaulado: o amargo relato de um condenado pelo sistema penal*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2002.
- PRADO, Antonio Carlos. *Cela forte mulher*. São Paulo: Labortexto editorial, 2003.
- RAMOS, Hosmany. *Pavilhão 9: Paixão e morte no Carandiru*. 3ª ed. São Paulo: Geração Editorial, 2002.
- RODRIGUES, Humberto. *Vidas do Carandiru: histórias reais*. São Paulo: Geração Editorial, 2002.
- ROUSSEAU, Frédéric. *Le procès des témoins de la Grande Guerre: L'affaire Norton Cru*. Paris: Seuil, 2003.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. "Violência, encarceramento, (in)justiça: memórias de histórias reais das prisões paulistas". *Revista Letras*, nº. 43. São Paulo: UNESP, 2003, pp. 29-47.
- \_\_\_\_\_. (org.). *História, Memória, Literatura: o testemunho na Era das catástrofes*. Campinas: UNICAMP, 2003.
- VARELLA, Drauzio. *Estação Carandiru*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- WIEVIORKA, Annette. *L'ére du témoin*. Paris: Plon, 1998.